

A ECONOMIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO CHINESA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão*

A partir da década de 1970, a China iniciou a execução de um amplo conjunto de reformas econômicas que lhe permitiu sair da posição de país subdesenvolvido para chegar ao *status* de potência global. Ao longo deste período, a transição executada pela China teve como principal característica a autonomia e soberania do Estado nacional para a condução daquelas reformas. As condições políticas e econômicas, tanto internas como externas, tiveram papel decisivo no modo de condução das reformas. No entanto, nenhum destes fatores se sobrepôs aos interesses nacionais. A modernização econômica e a manutenção do regime político centralizado no Partido Comunista da China (PCC) permaneceram como objetivos centrais da estratégia reformista – que foi sendo rearticulada e/ou repensada a partir das mudanças conjunturais e estruturais da economia e política nacional e internacional. E são estes objetivos que ainda servem de parâmetro para as principais ações do PCC nos dias atuais.

Palavras-chave: China; reformas; economia política; Estado nacional.

POLITICAL ECONOMY OF THE CHINESE TRANSITION IN THE LAST QUARTER OF THE 20TH CENTURY¹

From the late 1970s, China started the implementation of a broad set of economic reforms that enabled it to leave the position of an underdeveloped country to reach the status of a global power. Throughout this period, the transition that was executed in China had as its main characteristic the autonomy and the sovereignty of the Nation State to drive such reforms. The political and economic conditions, both internal and external, played a decisive role in the way of driving the reforms. However, none of these factors overlapped the national interests. The economic modernization and the maintenance of a centralized political regime in the hands of CPC remained as the main objectives of the reform strategy - which was being rearticulated and / or rethought from cyclical and structural changes in the economy and national and international politics. And these are goals that still serve as parameters for the major share of the Chinese Communist Party today.

Keywords: China; reforms; political economy; National State.

JEL: F50, N45 e P26

Rev. Tempo do Mundo, 4 (3): 153-177 [2012]

1 INTRODUÇÃO

O último quartel do século XX presenciou o fim do conflito global mais importante desde o final da Segunda Grande Guerra: a Guerra Fria. O desfecho deste episódio, em favor do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, colocou em xeque a continuidade do bloco socialista, tendo a China como uma clara exceção deste processo.

* Mestre em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
i. *The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's publishing department.*
As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.

Nos anos 1980, as mudanças econômicas impulsionadas e controladas pelo Partido Comunista Chinês (PCC) auxiliaram a ascensão da China no âmbito internacional. Estas mudanças não foram marcadas por uma simples abertura de mercado, como sugeriu parte da literatura sobre o tema, mas sim por um conjunto de reformas que alterou a forma de atuação do Estado nacional. Obviamente houve uma permissão para atuação de agentes privados e/ou estrangeiros. Todavia, as grandes diretrizes destas reformas tiveram como pano de fundo o redirecionamento do papel estatal. Do ponto de vista político, o governo chinês não executou um processo de abertura e manteve o regime controlado pelo PCC. Estes dois aspectos foram pilares considerados fundamentais pelo governo a fim de, simultaneamente, evitar o surgimento de grandes conflitos e manter a coesão social.

Esse conjunto de transformações da China não respondeu apenas à formação de uma coalizão de forças internas, mas também teve grande influência do novo cenário geopolítico e geoeconômico formado desde o final dos anos 1970. A reafirmação da hegemonia norte-americana, o acirramento da concorrência entre as principais nações capitalistas, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os conflitos no Leste Europeu e na Ásia foram alguns dos eventos que, de certo modo, deram novos contornos às reformas chinesas.

Partindo dessas considerações, o objetivo do presente artigo é detalhar a trajetória histórica da transição chinesa, apontando como os eventos políticos e sociais, bem como as transformações econômicas – tanto internas, como externas – impactaram neste processo. Para isso, o texto está dividido em mais três seções, além desta introdução. Na segunda, apontam-se os elementos históricos do processo de transição chinesa e realiza-se uma breve discussão sobre as opções adotadas pelo governo chinês no início deste processo. Na terceira, aborda-se a economia política da transição chinesa, aprofundando as medidas tomadas pelo Estado nacional para avançar na modernização e desenvolvimento do país garantindo o controle político e a estabilidade social liderada pelo regime do PCC. Na última, seguem as considerações finais.

2 PRINCIPAIS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA TRANSIÇÃO: CONSTRUÇÃO DA VIA "GRADUALISTA" DE REFORMAS

O processo de transição da China no final dos anos 1970 esteve imerso em um cenário histórico político e econômico muito particular, cujo dinamismo do PCC foi um ponto fulcral para articular os programas de reformas. Desde a década de 1960, mormente no período da Revolução Cultural (1966-1976), o governo Mao Tse-Tung (1949-1976) buscou combater as tendências cristalizadoras no interior da burocracia partidária e de acomodação das elites civis e militares formadas na construção do próprio PCC. Ou seja, o então líder chinês imprimiu uma lógica que não permitia a perpetuação de certas figuras nos principais quadros do PCC.

Essa característica permitiu que na década de 1970 houvesse grandes alterações no quadro político de primeiro escalão do PCC. Os desastrosos resultados sociais e econômicos oriundos do auge da Revolução Cultural¹ (1966-1969) abriram espaço para a formação de uma nova coalizão de forças da elite partidária favorável a uma renovação política e econômica. Os membros desta elite contrários à Revolução Cultural foram reabilitados e assumiram uma posição central dentro do partido, embora Mao ainda mantivesse a função de grande líder do regime.² Este novo quadro do PCC se mostrou inclinado à execução de um programa de transição e modernização da economia que seria política e ideologicamente delimitado pelas diretrizes do PCC (Leão, 2010).

Saindo da esfera política, a China iniciou um processo de rápida recuperação econômica impulsionada por um conjunto de mudanças promovido em 1976, como destacaram Nolan e Ash (1995, p. 984-985):

A urgência sob a qual se situava a economia chinesa na imediata era pós-Mao impulsionou as medidas introduzidas por Hua Guofeng no último quarto de 1976. Estas incluíram um corte no investimento da construção civil, o congelamento dos depósitos bancários institucionais e o reajustamento dos planos econômicos para 1977. Essas iniciativas foram complementadas pelos esforços de controlar a inflação e de garantir um aumento dos salários dos empregados industriais por volta de 60%. Outras medidas foram introduzidas em 1977 e 1978, dentre as quais a mais importante foi o incentivo oficial para atrair fluxos de capitais estrangeiros e para importar tecnologia avançada. Tais medidas, sem dúvidas, facilitaram uma rápida recuperação durante o período 1976-1978.³

1. Além da recessão econômica e da baixa produtividade da agricultura, Fairbank e Goldaman (2006) apontaram que, a partir desta revolução, foi estabelecido um regime brutal de sofrimento mediante, por exemplo, a destruição de escolas e universidades, a humilhação de intelectuais e de professores.

2. Dois eventos marcaram a reversão definitiva da balança de poder no interior do PCC: o terremoto de Tangshan, que matou meio milhão de pessoas, e a morte de Mao no final de 1976. Como lembraram Fairbank e Goldman (2006, p. 371), "todo camponês acreditava na relação umbilical entre o homem e a natureza e, portanto, nas relações entre desastres naturais e as calamidades humanas. Depois desse presságio tão aterrorizante (o terremoto de Tangshan), só outra calamidade poderia acontecer: a morte de Mao". E esta ocorreu em setembro do mesmo ano. Logo após o falecimento, a Gangue dos Quatro, sem o apoio de Mao, foi presa por ordens do novo líder do partido, Hua Guofeng. Nos dois meses que se seguiram, as acusações aos membros da Gangue cresceram da mesma forma que as críticas sobre os métodos utilizados na Revolução Cultural. Como as bases do projeto político e econômico de Hua resgatavam alguns princípios da Revolução Cultural, a liderança do PCC se transferiu para grupo capitaneado por Zhou Enlai e Deng Xiaoping.

3. *The urgency with which the immediate post-Mao economic situation was viewed is evident from measures which Hua Guofeng's government introduced as early as the last quarter of 1976. They included a cutback in basic construction investment, the freezing of institutional bank deposits and the readjustment of economic plans for 1977. They were supplemented by efforts to bring inflation under tighter control and the granting of wage increases to some 60 per cent of industrial employees. Further initiatives were introduced in 1977 and 1978, the most important of which was explicit official encouragement of foreign capital inflows and imports of advanced technology. Such measures no doubt helped facilitate rapid recovery during 1976-1978.*

Juntamente às transformações econômicas e políticas, o processo de transição da China se beneficiou do novo quadro geopolítico e geoeconômico, principalmente depois da aproximação entre os governos de Richard Nixon (1969-1974) nos Estados Unidos e de Mao Tse-Tung no princípio da década de 1970.⁴

As relações exteriores da principal nação da América do Norte se tornaram mais tensas tanto com os soviéticos quanto com as principais potências capitalistas nesse íterim. Entre os eventos que deram origem a estas tensões, destacaram-se as incursões militares e diplomáticas desastrosas dos Estados Unidos nos países socialistas da Ásia, América Latina e África, ao lado da crise econômica dos anos 1970 e da maior concorrência japonesa e alemã. Neste cenário, o governo de Richard Nixon buscou o apoio chinês mediante a concessão de incentivos econômicos e a realização de iniciativas diplomáticas (Leão, 2010). Assim, a China conseguiu o financiamento de instituições oficiais norte-americanas para importar bens primários e de capital, recebeu do mesmo país o tratamento de *nação mais favorecida* (NMF) e teve autorizado seu ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, quando as tensões entre Índia (aliada militar da URSS) e Paquistão se aprofundaram, os Estados Unidos, que se uniram militarmente ao segundo país, firmaram uma aliança com o governo chinês – intermediada pelo Paquistão – para conter eventuais ataques indo-soviéticos (Nozaki; Leão; Martins, 2011).

Contudo, a China não se beneficiou apenas desse apoio, mas também de algumas mudanças no seu entorno geoeconômico. Além das crescentes iniciativas japonesas de articulação econômica na região – no caso da China, houve um forte aumento de empréstimos dos bancos japoneses –, outro aspecto teve grande importância: “o acelerado crescimento e alcance do capital da diáspora chinesa e das suas redes de negócios na ‘grande’ China” (Arrighi; Hamashita; Selden, 1996).

Desse modo, as condições iniciais do processo de transição da China, que começou em 1978 – quando foi divulgado o programa de reformas “Quatro Modernizações”⁵ –, permitiram a condução muito mais coesa internamente do conjunto de transformações do país. A existência de um grupo político favorável à alteração de uma parte do Programa Econômico Socialista, a forte unicidade da elite partidária, o controle estatal das instituições econômicas e das instâncias de poder, a incipiente recuperação econômica, assim como o cenário externo favorável, abriram a oportunidade para a execução de um novo projeto de desenvolvimento calcado em reformas econômicas e políticas (Leão, 2010).

4. Para uma análise mais detalhada desse cenário do ponto de vista econômico, ver Medeiros (1999), e do ponto de vista político, ver Nabuco (2009).

5. Esse programa, formulado em 1975 e posto em prática no final de 1978, visava, a partir da introdução gradual de uma regulação pelo mercado e da incorporação de elementos capitalistas, modernizar quatro pilares da economia: agricultura, indústria, exército e ciência e tecnologia (C&T).

A transição chinesa se caracterizou, de um lado, por um forte controle político, e de outro, por uma estratégia de abertura econômica bastante gradual. Partindo dessa perspectiva Santayana (2008, p. 55) lembrou que a estratégia das “Quatro Modernizações” do líder chinês Deng Xiaoping⁶ foi uma abertura para unificar o nacionalismo chinês e para legitimar o governo socialista, a partir da inserção de elementos capitalistas fortemente controlados pelo Estado. Segundo ele, “não se tratou de abertura improvisada. Com Deng Xiaoping (...) ‘criou-se’ um sistema econômico original, de capitalismo de Estado com participação privada, sob rígido controle estatal”. Além disso, a direção e os objetivos perseguidos pelo líder chinês reforçaram “a conclusão de que a defesa do espaço nacional ‘dependeu’ diretamente da coesão da comunidade, que só um Estado independente pode assegurar”.

Nesse sentido, segundo o próprio Deng Xiaoping, o programa Quatro Modernizações não teve como objetivo realizar uma abertura plena da economia e muito menos eliminar o sistema socialista. Reforçando o argumento de Santayana (2008), notou-se em seus discursos que o líder chinês perpetuou a ideia de que a atração de elementos capitalistas, controlados pelo Estado, seria o ponto de partida para a modernização da economia chinesa e não para a introdução de uma economia de mercado, totalmente liberalizada:

(...) a economia socialista é baseada na propriedade pública, e a produção socialista é realizada para articular da melhor forma possível as necessidades materiais e culturais da população – procurando não explorá-la. Essas características do sistema socialista fazem com que seja possível para a população chinesa compartilhar um sistema político e econômico comum e aproximar o padrão moral e social de vida. Tudo isso não pode acontecer no sistema capitalista. Não existe um caminho pelo qual o capitalismo possa eliminar a extração do lucro pelos capitalistas ou pulverizar a exploração e as crises econômicas. (...) Apesar disso, o capitalismo tem uma história secular e a nossa população deve aprender com os povos dos países capitalistas. Nessa direção, nós precisamos fazer uso da ciência e tecnologia desenvolvida por eles e assimilar o seu acúmulo de conhecimento e experiência que possam ser utilizados no desenvolvimento do nosso país. A despeito desse fato, se nós vamos importar tecnologia avançada e outros bens dos países capitalistas, nós não iremos importar o seu sistema individualista, nem nada que seja negativo para sociedade chinesa (Deng, 1993, tradução nossa).

Desse modo, a transição realizada pela China estabeleceu uma estratégia pragmática de reestruturação do sistema de poder (ainda controlada exclusivamente pelo PCC e pelo Exército de Libertação Popular da China – ELP) e de abertura econômica, cujas transformações se efetivaram de forma incremental após a avaliação positiva de reformas ocorridas anteriormente (Leão, 2010). Conforme tratado pela

6. Deng Xiaoping ocupou, entre outros, os cargos de presidente da Comissão Militar Central da China (1983-1990) e de vice-presidente do PCC (1975-1982). Deng foi considerado por grande parte da literatura como principal responsável político pela implementação das reformas econômicas (Pinto, 2011, por exemplo).

literatura que estuda os processos de transição dos países socialistas, as reformas da China claramente seguiram uma via “gradualista”, cujos avanços das mudanças propostas – que ocorreram em longas etapas – foram efetivados tendo em vista os resultados anteriores, ao invés de uma via de “ruptura” (denominada de *big bang approach*) como optou, por exemplo, a URSS. Para Roland (2001, p. 2-3):

Aqueles que se opuseram ao “*big bang approach*” adotaram uma estratégia gradualista, na qual foi enfatizada a necessidade de se praticar reformas em sequência. A economia política argumenta em favor do gradualismo, uma vez que as reformas em sequência demonstraram ser um caso um sucesso ao construir um novo ambiente favorável a implementação de novas reformas. (...) A China, por exemplo, implementou um programa de liberalização em dois eixos (“dual-track”) que combinou a manutenção de empresas estatais nas condições que estavam antes das reformas e a implementação de liberalização do preços “na margem” para qualquer setor fora daquele grupo de empresas. A economia política argumenta em favor do programa de liberalização em dois eixos, pois se constituiu em um modo de liberalizar preços sem eliminar as rendas acumuladas anteriormente pelo agentes econômicos.⁷

Em termos gerais, a consecução de um projeto gradualista de reformas na China respondeu à grande rejeição social de qualquer mudança radical e à necessidade de controle do Estado para garantir certa unidade política e, simultaneamente, fazer com que as reformas promovessem a modernização da economia sem gerar grandes instabilidades sociais e/ou crises econômicas (Fairbank; Goldman, 2006; Leão, 2010). No entanto, a capacidade do governo chinês de colocar em marcha esse conjunto de reformas dependeu não apenas das condições internas existentes naquele período, mas também das mudanças geoeconômicas e políticas internacionais, principalmente no que se refere ao acirramento dos conflitos da Guerra Fria.

Obviamente, por conta de todos esses fatores – cujas especificidades não serão objeto de análise deste texto –, o processo de transição da China não foi um processo uniforme e desprovido de tensões políticas e econômicas. Ou seja, as modificações tanto no ambiente interno, como externo, impuseram, em vários momentos, rumos diferentes às reformas que vinham ocorrendo no país. Um momento chave desses novos rumos foi no ano de 1992. Como destacou Pinto (2011, p. 29), em março daquele ano, o governo chinês estabeleceu o que ficou conhecido como “Grande Compromisso”, o qual “segundo o Documento Central nº 2 do Politburo garantiu o processo de reformas e abertura por um período de cem anos”. Em função deste marco histórico, busca-se analisar a transição chinesa em dois momentos: *i*) entre 1978 e 1991; e *ii*) de 1991 até os dias atuais.

7. (...) those who opposed the big bang approach often advocated a gradualist strategy, which emphasized the need for a precise sequencing of reforms. The political economy argument in favor of gradualism was that an appropriate sequencing of reforms would provide demonstrated successes to build upon, thus creating constituencies for further reforms. (...). For example, China implemented “dual-track liberalization,” under which plan contracts between enterprises are maintained but frozen at a preexisting level and price liberalization is implemented “at the margin” for any production beyond the planned contract. The political economy argument for dual-track liberalization is that it was a way to liberalize prices without eliminating preexisting rents of economic agents.

3 A TRANSIÇÃO CHINESA DESDE 1978

3.1 A transição até 1992: reformas econômicas, tensões políticas e a construção do Grande Compromisso

O projeto de transição da China esteve assentado em um processo de modernização da economia e do exército controlado pelo PCC e por suas instâncias de poder. As reformas de desenvolvimento da economia e do ELP se caracterizaram em dois aspectos fundamentais da estratégia chinesa de sustentação do seu regime político. Esta sustentação, por sua vez, foi essencial para que estas reformas e seus objetivos de longo prazo fossem executados (Medeiros, 2008). Nesse sentido, o setor militar funcionou como termômetro do processo de desenvolvimento econômico e social imediatamente após o período Mao. À medida que o ambiente interno se modificava, o PCC determinava novas tarefas e objetivos ao ELP que, em última instância, devia sustentar aquele alvo final: o monopólio político do PCC com modernização econômica e estabilidade social (Medeiros, 2008; Santayana, 2008). Com isso, as diretrizes das reformas econômicas estavam subordinadas às coalizões de forças organizadas nas esferas de poder do PCC.

Assim, a modernização e a abertura realizadas na China estiveram apoiadas não apenas na nova coalizão de forças políticas (originadas no período pós Mao Tse-Tung), mas também na consecução de um novo desenho econômico, político e militar no âmbito internacional, arranjada a partir do acirramento das relações entre os blocos capitalista e socialista na “Segunda Guerra Fria”.

No início da década de 1980, a política do governo norte-americano de Ronald Reagan (1981-1989) buscou isolar a URSS em dois campos: *i*) consecução de medidas diretas de restrição econômica e militar ao bloco soviético;⁸ e *ii*) realização de um conjunto de ações indiretas em países que pertenceram e/ou pertenciam à esfera de influência soviética, como os subsídios econômicos dados à China. Este último fator fortaleceu as relações econômicas entre os dois países. Além disso, a reorganização da economia asiática nos anos 1980 se mostrou um ponto chave para a implementação das transformações econômicas da China. Isso porque se observou uma forte integração da estrutura produtiva da Ásia, mormente após o acirramento dos conflitos entre Estados Unidos e os países mais desenvolvidos da região, em especial o Japão. Por conta da elevada pressão comercial e produtiva, os Estados Unidos buscaram limitar o poderio das indústrias e do comércio exterior daquelas nações. Para isso, exerceram pressões mercantilistas sobre Japão, Coreia do Sul e Taiwan por meio da imposição de

8. A estratégia foi sufocar a continuidade do socialismo soviético, a partir de cinco frentes, sendo que três delas atingiam diretamente a URSS: o projeto militar e tecnológico Strategic Defense Initiative (SDI); a instalação no país de uma rede de mísseis MX, intensificando a corrida armamentista contra a URSS; e a campanha para reduzir o acesso da URSS às divisas internacionais (Fiori, 1997; Medeiros, 2008). Na esfera geoeconômica, o governo norte-americano impôs à URSS um embargo à compra de tecnologia de ponta e de acesso às divisas externas.

cotas de exportação, de acordos de valorização cambial⁹ e da extrapolação da concorrência produtiva em nível global. Estas pressões impulsionaram a migração das indústrias nipônicas, sul coreanas e taiwanesas, principalmente, até outras nações asiáticas, como a China, nas quais os custos de produção e os incentivos macroeconômicos – câmbio e subsídio fiscal, por exemplo – se mostraram mais atrativos, fortalecendo a indústria exportadora chinesa (Leão, 2011).

Esse quadro favorável economicamente ocorreu em um período de grandes conflitos do bloco socialista, cujos eventos também influenciaram o curso das reformas chinesas. Entre estes, cabe destacar a invasão chinesa no Vietnã em 1979 e a formação do Sindicato da Solidariedade na Polônia em 1981. Enquanto o primeiro evento mostrou o atraso e a baixa capacidade militar da China, o segundo apontou, pela primeira vez, a existência de um movimento organizado antissocialista, estruturado dentro de uma república socialista. Desse modo, as primeiras iniciativas do governo chinês foram estabelecer um programa de reestruturação do ELP (Leão, 2010) a fim de modernizar os equipamentos militares, minimizar os riscos de ameaças externas, bem como fortalecer as instituições de controle do partido.

A reforma militar foi gerida a partir de cinco elementos-chave: reorganização administrativa, estabelecimento de uma nova composição de forças, criação de nova doutrina militar, modernização material e redefinição do papel social do exército. O primeiro elemento do programa de modernização do ELP teve por meta reestruturar o modo de organização, treinamento e educação do sistema, bem como sofisticar os meios de controle, comunicação e comando no interior do ELP, visando apoiar o processo de descentralização econômica e, ao mesmo tempo, sofisticar o sistema de defesa. Em relação a este último aspecto, existiu um interesse da nova cúpula do partido em eliminar a herança da gestão militar do período da Revolução Cultural. O segundo elemento teve, de um lado, a função de repensar a composição, o tamanho e a dispersão geográfica do exército e, de outro, o objetivo de renovar boa parte da liderança militar e do pessoal de combate. O terceiro elemento disse respeito à modernização doutrinária do exército, tanto no campo estratégico, como no campo tático, cuja meta era redefinir a forma do exército se comportar no campo de batalha, bem como a forma de enfrentar e derrotar o inimigo. Os dois últimos elementos restantes se referiram à base material e social necessária para a implementação dos outros elementos. Em suma, buscou-se ampliar a capacidade física do exército, mediante, por exemplo, o aumento do número de recrutas bem treinados e do fornecimento de equipamentos, de um lado, e redefinir a relação entre militares e a sociedade civil em tempos de paz, de outro (Robinson, 1982).

9. No caso do Japão, a valorização do iene e o estabelecimento de cotas às suas exportações se materializaram nos Acordos Plaza (1985) e do Louvre (1987). Já para Coreia do Sul e Taiwan, a apreciação das moedas ocorreu no final da década de 1980, juntamente à diminuição das concessões comerciais dadas pelos Estados Unidos (Leão, 2011).

Além das reformas no ELP, a organização da estrutura econômica chinesa ainda apresentava uma grande incapacidade de atender as necessidades de consumo da população e de desenvolvimento das forças produtivas – tanto na cidade, como no campo. A partir dessa conjuntura – e das oportunidades surgidas no mercado internacional explicadas anteriormente –, que pôde ser aproveitada por conta de uma abertura para o ingresso do capital estrangeiro, a China promoveu um conjunto de transformações da sua economia.

No campo, as reformas do governo alteraram a dinâmica de produção por meio da eliminação das comunas agrícolas, dando maior liberdade às famílias rurais para produzirem e venderem seus produtos. Além disso, as autoridades chinesas aumentaram e liberalizaram gradualmente os preços dos produtos primários, bem como realizaram um intenso programa de modernização dos insumos agrícolas contando com financiamento externo (Lin, 1992). A partir do fortalecimento das cooperativas rurais – conhecidas como *Township and Villages Enterprises*, que além de produtos primários, também produziam mercadorias industriais, como alimentos processados e manufaturas leves – foram instaladas no campo plantas de produção de vários segmentos, inclusive com parceiros estrangeiros. Esse movimento ganhou fôlego ao longo da década de 1980, caracterizando-se em um dos principais apêndices para atração de indústrias estrangeiras (Leão, 2010).

A exemplo do que aconteceu no campo, na indústria a primeira medida foi autorizar as empresas estatais a venderem o excedente da sua produção no mercado, depois de ceder ao Estado uma quota da sua produção. Conforme apontou Claro (2003), isso ocorreu concomitantemente à liberalização gradual dos preços, ampliação do crédito público¹⁰ e maior controle da produção ao longo dos anos 1980. Ainda nesse íterim, a reestruturação das estatais passou, de um lado, pela separação entre os direitos de propriedade e de gestão das empresas e, de outro, pela autonomia dada a certas indústrias para sua condução,¹¹ mantendo apenas os setores estratégicos – alta tecnologia e infraestrutura, por exemplo – no modo de funcionamento anterior. No caso das empresas exportadoras ou intensivas em capital, estas ainda se favoreceram da abertura do mercado consumidor e de crédito norte-americano para, respectivamente, absorver e financiar os produtos chineses. Somado a este fato, o governo – aproveitando a formação daquela rede produtiva regional, isto é, da transferência das empresas dos países mais desenvolvidos da

10. Na primeira década das reformas do sistema financeiro (1980), o governo chinês manteve inalterada a propriedade das instituições bancárias estatais e não permitiu a entrada de bancos privados. Neste período, a China criou novos bancos estatais – que assumiram a função de bancos comerciais e de desenvolvimento – deixando o Banco do Povo da China – responsável por todas estas funções no período maoísta – apenas como banco central. Por meio destes bancos e da substituição do principal mecanismo de financiamento da economia (os fundos orçamentários deram lugar aos empréstimos bancários), o país conseguiu expandir rapidamente o volume e a cobertura setorial do crédito (Leão, 2010).

11. Desse modo, ao invés de estarem submetidas às regras de produção e distribuição impostas pelo governo, as empresas desse segmento puderam determinar seu nível de produção e a forma como realocar seus lucros.

Ásia para nações como a China – iniciou a criação de diversas zonas econômicas especiais para atrair o capital estrangeiro em setores considerados cruciais pelo planejamento central por meio da oferta de subsídios e condições macroeconômicas vantajosas.¹² As empresas do exterior tiveram sua atuação limitada regional e setorialmente, além de serem obrigadas, muitas vezes, a se unirem a firmas locais para transferir tecnologia, técnicas de gestão, etc. Efetivamente, essas zonas tiveram como intuito elevar a produção e a exportação de certos segmentos, bem como fornecer tecnologia de ponta e oportunidades de negócios para empresas domésticas chinesas (Zonenschain, 2006).

No setor de ciência e tecnologia (C&T), a estratégia do governo chinês foi criar programas – que ficaram subordinados ao órgão estatal *Science and Technology Leading Group* (STLG) – para acelerar e disseminar as inovações. Isso ocorreu, em especial, mediante a descentralização do processo de tomada de decisão – dando maior liberdade gerencial às empresas – e a geração de novos centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em âmbito local. O sistema de C&T foi gradualmente liberalizado para o setor privado, ao mesmo tempo em que foi autorizada a associação das instituições de pesquisa com firmas e/ou produtores do campo e da cidade. Além de trazer novos incentivos para os investimentos em P&D, este movimento fomentou a articulação entre as empresas e os órgãos especializados em P&D (Saich, 1989). Conquanto tivesse sido aberta a regulação pelo mercado, o governo não eliminou, mas apenas redefiniu seus parâmetros de controles do setor de C&T, principalmente no sentido de fomentar essa aproximação entre pesquisa e estrutura produtiva. Desta perspectiva, por exemplo, o governo chinês estipulou alguns programas tecnológicos que tiveram duas metas: *i*) absorver as técnicas de produção e administrativas estrangeiras, disseminando-as tanto para o parque industrial, como para as próprias instituições de pesquisas; e *ii*) melhorar o ambiente de atuação das indústrias de alta tecnologia (Saich, 1989; Zonenschain, 2006).

Os resultados positivos proporcionados por essas reformas fizeram com que, em meados dos anos 1980, existisse um consenso em torno da estratégia adotada para o exército e para economia. Todavia, o quadro interno e externo em que essas reformas foram promovidas motivou uma divisão política dentro do PCC. Para uma corrente do partido – no qual se destacavam os marxistas-leninistas – o Sindicato da Solidariedade mostrou que a legitimidade do regime socialista poderia ser questionada, o que afetaria a estabilidade interna e o próprio curso das reformas. Para outra corrente, favorável a uma maior abertura política, o sucesso dos programas econômicos e da modernização militar – que estava ligada a uma maior autonomia de atuação dos governos locais – somente continuaria se o país também rompesse com a estrutura política vigente. Assim, de um lado, ficaram

12. Para uma discussão detalhada, ver Leão (2010).

os favoráveis à manutenção da ditadura do PCC como forma de evitar conflitos e movimentos sociais que impedissem o desenvolvimento do país (como o Sindicato da Solidariedade), e de outro, os apoiadores da abertura política para a consolidação do novo projeto de desenvolvimento da China.¹³

No entanto, o cenário social e político formado na China, no final dos anos 1980, motivou uma desaceleração das reformas econômicas e o enfraquecimento do grupo defensor a uma rápida abertura. Em 1989, o aumento da inflação, o forte aumento das despesas com os governos provinciais, a redução do salário real e as notícias que veiculavam casos de corrupção do poder público acabaram motivando o crescimento das tensões sociais – que explodiram nos protestos da Praça Tiananmen¹⁴ (Pinto, 2011). A repressão a estes protestos fez com que o debate sobre a abertura política perdesse ímpeto e criou dificuldades para a manutenção das reformas Quatro Modernizações. Isto é, a repressão resultante deste movimento, e a própria crise econômica, fizeram com que as discussões sobre uma mudança do sistema político na China fossem esvaziadas. Chen (1997), por exemplo, constatou que as opiniões em direção ao estabelecimento de uma democracia perderam sentido com o desfecho dos eventos de 1989, proporcionando certo esvaziamento do debate político na China até 1992.¹⁵

Imediatamente após esse período, acirrou-se a disputa no interior do partido a respeito dos rumos das reformas econômicas. Deng Xiaoping trabalhou no sentido de vencer a resistência existente dentro do PCC e costurou um arranjo, conhecido como o Grande Compromisso – efetivado em 1992 –, que “garantiu” uma política pragmática de reformas econômicas entre as duas grandes correntes – que se dividiram nos anos 1980 e comportavam os principais segmentos do PCC (anciões, marxistas-leninistas, pró-abertura, líderes locais, tecnocratas e ELP). Somente assim foi possível avançar nas políticas de transformações econômicas e do setor militar. Apesar do avanço da liberalização econômica e da reorganização do ELP, as alterações até aquele momento foram guiadas de dentro do partido. Isto é, tanto o exército, como as principais empresas estatais (e também os bancos) permaneceram subordinados ao PCC, sendo inclusive controlados em vários casos por figuras ligadas a este (Pinto, 2011; Leão, 2010).

13. “(...) no plano político, a segunda metade da década de 1980 foi marcada por crescente divisão interna no PCC, em que Hu Yaobang e seus discípulos pressionam a direção do partido para uma maior liberalização política. Sob influência dos liberais do PCC, cresceram manifestações em universidades e nas cidades costeiras” (Medeiros, 2008, p. 229).

14. “Manifestação de estudantes chineses na Praça da Paz Celestial contra o governo e o PCC” (Pinto, 2011, p. 29).

15. “A década de 1990 assistiu a um recuo dos movimentos radicais favoráveis à democracia. Uma das razões foi o incidente de Tiananmen, que eliminou do debate político os defensores mais radicais da democracia. A saída desse grupo do cenário político, ao lado da intolerância permanente das autoridades oficiais, efetivamente encerrou o debate sobre a democracia [naquele período]. Ainda como resultado da repressão militar, um grande número de intelectuais escolheu ficar em silêncio, abstendo-se de escrever e publicar. Por causa disso, o período entre o verão de 1989 e o início de 1992 foi o momento em que o debate intelectual se tornou mais deprimente desde o começo das reformas” (Chen, 1997, p. 595, tradução nossa).

Durante os anos 1990, em razão dos novos acontecimentos externos ligados, entre outros aspectos, ao final do conflito da Guerra Fria, explicitou-se a necessidade de seguir os avanços da reforma de abertura e modernização sem perder a centralidade política do PCC, como mostra a próxima subseção.

3.2 A transição a partir de 1992: a continuidade de reformas, a sustentação do regime político e a ascensão global

A exemplo do período anterior, a nova fase da transição chinesa – iniciada em 1992 com o Grande Compromisso – manteve aqueles objetivos estratégicos de assegurar a modernização da economia e da estrutura militar, bem como a unidade política sem criar tensões sociais. Da mesma forma que no período anterior, as condições políticas e econômicas internas e externas tiveram influência relevante no perfil das políticas adotadas depois do Grande Compromisso.

Do ponto de vista interno, em primeiro lugar, o governo chinês se certificou do atraso do seu setor militar e tecnológico em relação às grandes potências em razão dos resultados observados na Guerra do Golfo Pérsico de 1991, que mostrou a aparição de armas e tecnologias de nova geração por parte dos Estados Unidos (Medeiros, 2008). Em segundo lugar, algumas linhas de pensamento do PCC ainda mantiveram uma postura de ceticismo sobre a continuidade das reformas por conta dos episódios ocorridos no final da década de 1980 (Pinto, 2011).

Do ponto de vista externo, o primeiro evento que trouxe impactos significativos para as reformas chinesas foi o colapso da URSS e as opções político-econômicas seguidas posteriormente pelos governos das ex-repúblicas soviéticas (principalmente o russo). Como indicou o pesquisador Andrew Walder, um conjunto de autores e estudiosos sobre a transição das economias socialistas apontou que o governo chinês apreendeu lições importantes das mudanças ocorridas na URSS e também das novas economias em transição:

a despeito de sua especificidade histórica e institucional, a China, por sua vez, trouxe lições importantes para todas as economias em transição (...) Nolan e Ash concluíram que a recusa da China em “ouvir os conselhos” dos economistas ocidentais, e os esforços da Rússia para implementá-lo, explicaram a ascensão da China e queda da Rússia. (...) Putterman questionou a concepção clássica dos direitos de propriedade, cujo fundamento se reduz a “fé macroeconômica” na maior eficiência da privatização; Oi colocou em dúvida o pressuposto que os burocratas públicos não podem se comportar como se fossem empresários privados. Enquanto todos esses autores compartilharam a visão de que não há respostas automáticas e definitivas, e que a experimentação pragmática das reformas funcionou ao longo do tempo, eles também concordaram com uma suposição mais profunda: uma reforma bem sucedida envolve a introdução incessante de escolha, alternativas e competição no

ambiente em que todos os agentes econômicos estão inseridos, independentemente de quem eles são.”¹⁶

A manutenção de uma persistente e pragmática experimentação das reformas ao longo do tempo – necessária para garantir o seu sucesso – ganhou ainda mais importância depois de 1992. Impulsionada também pelas questões internas, a hipótese adquiriu maior força a partir dos resultados observados na experiência soviética e, depois, russa. Levando-se em consideração esses resultados, políticos e estudiosos chineses interpretaram o fim da URSS e as crises russas como produtos das transformações “radicais” implementadas em um curto espaço de tempo na URSS¹⁷ de Mikhail Gorbachev (1985-1991) e da rápida abertura econômica ocorrida na Rússia de Boris Yeltsin (1991-1999). De acordo com Chen (1997), por exemplo, para grande parte do sistema político chinês (inclusive os mais liberais), a dissolução da URSS teve relação direta com a tentativa de democratização ocorrida na gestão de Mikhail Gorbachev.

Junto a essa questão, a relação sino-americana continuou desempenhando uma função importante para as reformas da China. Embora as condições que apoiaram as transformações econômicas chinesas, desde o decênio de 1970, tivessem dado lugar a maiores tensões políticas e econômicas,¹⁸ o governo chinês conseguiu aproveitar o estreitamento dos laços estabelecidos previamente com os Estados Unidos. Seja pelos elevados investimentos e comércios realizados pelas empresas norte-americanas no mercado chinês, seja pela ampla aquisição dos títulos das dívidas dos Estados Unidos por parte do governo da China, o fato foi que o país asiático adquiriu maior poder de barganha com o país anglo-saxão. A formação de uma rede de investimentos, finanças e comércio internacional entre os dois países

16. (...) *that despite its historical and institutional distinctiveness, China nevertheless holds important lessons for all transitional economies (...)* Nolan and Ash find that China's refusal to heed the advice of Western economists, and Russia's effort to implement it, assisted China's rise and Russia's fall. (...) Putterman questions the categorical conception of property rights that underlies the macroeconomist's faith in privatization; Oi questions the commonplace assumption that public bureaucrats cannot behave as if they were private entrepreneurs. While all these authors share the view that there are no authoritative answers, and that persistent pragmatic experimentation through time can work, they also share a deeper assumption: *successful reform involves the relentless introduction of choice, alternatives and competition into the environment of all actors in the economy, regardless of who they are* (Walder, 1995, p. 978, tradução nossa).

17. Entre essas transformações, cabe destacar: a abertura democrática; a reconstrução econômica, a partir da introdução acelerada de mecanismos de mercado e autonomização das empresas; o final do monopólio da mídia e a inexistência de uma estratégia de reorganização dos meios de comunicação; e o rompimento da estrutura de poder responsável pela coalizão e unidade da URSS (Medeiros, 2008; Odom, 1992; Ellman; Kontorovitch, 1992).

18. Na esfera política, “[alguns] episódios foram marcantes para aumentar [esse] conflito político, tais como a não assinatura do presidente Bill Clinton do acordo que empenharia o apoio dos EUA ao ingresso da China na OMC (Organização Mundial do Comércio), o aumento das vendas de armas para Taiwan – província rebelde na concepção do governo chinês –, o bombardeio por engano da Embaixada da China em Belgrado/Sérvia, em 07 de maio de 1999, durante os ataques aéreos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a colisão de uma aeronave espião dos EUA com um caça chinês sobre o mar do sul da China, em abril de 2001” (Pinto, 2011, p. 32). Na esfera econômica, Medeiros (1999, p. 395), lembrou que “(...) usando o seu dominante direito de veto no Banco Mundial e no Banco de Desenvolvimento Asiático, os [Estados Unidos], alegando desrespeito aos direitos humanos, bloquearam os pedidos de empréstimos por vários anos”.

deu à China a chance de ocupar novos espaços geoeconômicos, assim como limitou a possibilidade dos Estados Unidos de efetivarem políticas restritivas, a exemplo do que fizeram com outros países nos anos 1980 (Leão, 2010; Pinto, 2011).

Ao lado das mudanças da relação sino-americana, outro aspecto que influenciou o direcionamento das reformas foi o forte processo de abertura produtiva e liberalização comercial nos anos 1990, que atingiu praticamente todas as economias globais. Este processo teve como um de seus efeitos o acirramento da concorrência industrial, envolvendo praticamente todas as grandes multinacionais do mundo. Com isso, ficou evidente a incapacidade do sistema produtivo chinês de competir com essas nações nos mais diversos setores industriais, tanto aqueles mais intensivos em tecnologia, como aqueles intensivos em recursos naturais e de infraestrutura.

A China também encontrou algumas condições econômicas regionais que auxiliaram a continuidade da sua estratégia reformista, ao longo dos anos 1990. A recessão e depois a crise das economias asiáticas elevaram o país à condição de centro manufatureiro da região. A partir de 1995, a apreciação das moedas de países como Malásia, Indonésia e Tailândia e a ampliação dos seus coeficientes de importação e dos déficits nas suas contas de serviços fatores, em um cenário de forte liberalização financeira, freou a participação desses países naquela integração regional produtiva. Com efeito, abriu-se uma oportunidade para a China absorver um volume ainda maior de investimentos e indústrias da região mais desenvolvida da Ásia. Assim, o gigante chinês se tornou rapidamente a “grande indústria” asiática, absorvendo investimentos e a produção dos países vizinhos e, simultaneamente, estabelecendo-se como grande mercado para as exportações – alimentos, insumos agrícolas e industriais e bens finais manufaturados – dos mesmos países (Leão, 2011).

Em suma, se o cenário geopolítico e geoeconômico no início dos anos 1990 tivesse colocado alguns empecilhos ao desenvolvimento chinês, o país asiático conseguiu fortalecer as já estabelecidas redes econômicas, comerciais e financeiras com a Ásia e os Estados Unidos, além dos próprios avanços alcançados no período anterior. Estes aspectos, somados às lições retiradas dos processos de transição da URSS e das mudanças observadas na Rússia – fato que também ocorreu em outras ex-repúblicas soviéticas –, tiveram grande importância para determinar não apenas a natureza das reformas, mas também o ritmo e a intensidade de sua execução.

Partindo desse contexto, as opções traçadas pelo governo chinês, depois de firmado o Grande Compromisso, obedeceram às seguintes diretrizes: *i)* sustentação e reforço da ligação entre o PCC e o ELP; *ii)* manutenção do caráter pragmático das reformas, principalmente no campo político e socioeconômico, com destaque para os aspectos relacionados ao capital estrangeiro; *iii)* maior controle dos aparatos e setores sociais (imprensa, cultura etc.); *iv)* liderança e intervenção do Estado

nacional na condução das mudanças econômicas; *v*) ampliação do campo de relações diplomáticas com várias regiões do mundo a fim de legitimar o regime político chinês; *vi*) continuidade da modernização econômica com maior apoio do setor externo e da formação de grandes conglomerados nacionais capazes de competir internacionalmente; e *vii*) desenvolvimento tecnológico do aparelho militar.

A fim de alcançar essas diretrizes, a primeira iniciativa foi avançar na inserção externa do país por meio da maior articulação entre investimentos e produção das empresas estrangeiras – com destaque para as asiáticas e dos Estados Unidos –, já que “a atração de capital estrangeiro esteve inserida em uma estratégia para alavancar as empresas e as capacitações domésticas” (Zonenschain, 2006, p. 84). Além disso, houve o fortalecimento e a conglomeração das empresas estatais em setores-chave, entendidos como essenciais para comandar as mudanças estruturais da economia e que exigiam investimentos de longo prazo, e a aceleração das reformas do sistema financeiro visando atender a acelerada demanda de crédito – principalmente para as grandes empresas estatais – e trazer melhorias para suas instituições bancárias. A segunda iniciativa foi fortalecer os investimentos em sofisticação do exército e ampliar as relações políticas bilaterais tanto na Ásia como em outros continentes, além de sustentar o controle estatal sobre alguns setores da sociedade. Desde o fim do bloco soviético, várias mudanças no sistema político regional sinalizaram a necessidade do Estado chinês coordenar suas ações militares e diplomáticas no sentido de legitimar interna e externamente a forma de gestão do PCC.

Quanto à primeira iniciativa, com o Grande Compromisso, a China realizou uma maior abertura criando novas áreas para receber investimentos forâneos – zonas econômicas especiais –, que até aquele momento eram bastante limitados geograficamente, e utilizou as políticas fiscal, industrial e cambial para favorecer a entrada de empresas estrangeiras com viés exportador. A atuação do Estado chinês foi crucial dirigindo estes investimentos para a esfera produtiva e para o fomento das exportações. Em outras palavras, o Estado nacional fortaleceu a estratégia de inserção externa diferenciada, cuja diretriz principal foi a permissão para a entrada do capital estrangeiro na estrutura produtiva. Todavia, esta abertura não ocorreu de forma indiscriminada, mas se deu em cadeias industriais mais dinâmicas da economia internacional (microeletrônica, por exemplo). Mesmo depois de 2001, quando assinou seu compromisso de adesão na Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo obrigado a relaxar paulatinamente as políticas protecionistas, o governo chinês construiu um forte aparato regulatório para administrar e controlar as empresas multinacionais, já que negociou um extenso cronograma de transição para sua entrada na OMC, atendendo ao máximo seus interesses estratégicos (Lardy, 2003).

Nesse mesmo íterim, o governo se utilizou de sua maior aproximação econômica com o Ocidente e com os países mais avançados da Ásia e submeteu a

reorganização da estrutura de produção ao desenvolvimento das grandes empresas estatais em um ambiente de grande articulação com o setor privado (cooperativas do campo, empresas estrangeiras etc.).¹⁹ Isso ocorreu, em primeiro lugar, por meio da forte regulação que forçou a transferência interna de tecnologia das corporações transnacionais, do mesmo modo que ofereceu às estatais a oportunidade de criar e/ou explorar novos processos e produtos sem ter de enfrentar a concorrência desenfreada do capital privado e estrangeiro. Em segundo lugar, sucedeu-se também por intermédio de uma política em que a alocação dos recursos e das metas de produção deslocou o papel das empresas nacionais para realização de investimentos de longo prazo em vários ramos estratégicos que, em geral, estavam encadeados. Essa mudança no papel desempenhado pelas estatais exigiu um amplo processo de conglomeração dessas empresas visando aumentar o seu nível de competitividade internacional e o poder de alavancagem, bem como modernizar o sistema organizacional e produtivo dessas empresas (Leão, 2010).

As empresas estatais ainda assumiram o centro do desenvolvimento tecnológico, subordinando as ações dos demais órgãos ligados aos complexos de C&T. Como sugeriu Zhang *et al.* (2009), nos últimos anos, as empresas chinesas têm comandado a geração de inovações no país ainda mediante a absorção e adaptação de tecnologia estrangeira, mas também a partir da criação de novas tecnologias. Por isso e também por causa das reformas do sistema de C&T,²⁰ assim como da expansão dos investimentos públicos, as corporações estatais, além de ampliarem sua capacidade de gerar inovações, inauguraram um novo padrão de desenvolvimento tecnológico. O diferencial desse desenvolvimento residiu na capacidade de utilizar não apenas a tecnologia de ponta disponível em seu setor, mas a realização de processos de engenharia reversa, aproveitando tecnologias mais primitivas. Esse movimento tem sido inédito, uma vez que nem mesmo as experiências ocidentais combinaram tantas tecnologias diferentes.

Para apoiar a atuação dessas empresas estatais, o governo chinês aprofundou as transformações no sistema de financiamento. Depois dos anos 1990, as reformas nesse momento caminharam em um sentido de ampliar a regulamentação e

19. A partir dessa articulação, as empresas chinesas puderam se inserir na cadeia de produção global reduzindo a distância da fronteira tecnológica nacional e internacional. De acordo com a autora, "as firmas domésticas chinesas mais produtivas foram aquelas que possuíram parceiros estrangeiros, participaram de mercados internacionais ou se defrontaram com a concorrência internacional". Estas se aproveitaram deste processo, pois foram absorvendo diversas tecnologias estrangeiras que, por seu turno, "possibilitaram ganhos de eficiência no ciclo do produto (maior competição entre os fornecedores) e flexibilidade para adaptação a novas linhas de montagem, facilitando a migração para novos produtos" (Zonenschain, 2006, p. 109).

20. Dois programas de desenvolvimento de C&T chamaram atenção. O primeiro, denominado National Key Basic Research, criado em 1997, teve dois grandes alvos: a pesquisa básica e a realização de inovações originais pelas instituições chinesas. Para isso, além da expansão do financiamento para as universidades e a outros departamentos de pesquisa básica, criaram-se centros de pesquisa interdisciplinares responsáveis por desenvolver projetos para avançar na fronteira tecnológica. O segundo, o Science and Technology Plan de 2005, foi formulado para aumentar a integração da estrutura de produção e tecnológica chinesa ao Sistema Global de Inovações, principalmente a partir da ação dos grandes conglomerados estatais.

tornar as instituições mais eficientes, isto é, aptas a competirem com os bancos estrangeiros (Dias, 2004).²¹ Ademais, o governo reforçou a estratégia de utilizar o empréstimo bancário público como principal fonte de financiamento, principalmente dos grandes empreendimentos em infraestrutura e intensivos em capital e tecnologia das maiores empresas estatais (Leão, 2010).²² Principalmente nos anos 2000, foi reforçado o elo existente entre os maiores bancos chineses e as grandes empresas estatais, permitindo a rápida disseminação do capital bancário para o setor produtivo. Como ressaltou Burlamaqui (2012), o estreitamento dessas duas esferas – bancária e produtiva – em âmbito estatal serviu como um instrumento de expansão territorial e de escala de produção das empresas chinesas, inclusive no exterior. Os grandes empreendimentos em infraestrutura, bem como o processo de internacionalização das grandes corporações têm sido financiados por grandes bancos estatais. Nesse sentido, por exemplo, “o Banco de Desenvolvimento da China (...) é uma instituição estatal de apoio financeiro que criou [recentemente] um fundo inicial de US\$ 5,1 bilhões para a aquisição de companhias estrangeiras por empresas chinesas” (Costa; Souza-Santos, 2010, p. 168).

Sobre a segunda iniciativa, o colapso da URSS abriu um espaço importante para os chineses na economia internacional, ampliando sua área de influência na Ásia e na Europa Oriental. Por meio do estrito controle do Estado, o governo chinês enxergou uma oportunidade para o país ampliar seu papel geopolítico e geoeconômico, visando alcançar o *status* de potência do sistema internacional.

A eliminação do bloco soviético promoveu um clima de instabilidade e dúvidas a respeito das redefinições territoriais na Ásia. Conforme lembrou Shambaugh (1994), no imediato pós-Guerra Fria, a visão da política de defesa chinesa era de que existia um alto grau de incerteza resultante das mudanças políticas ocorridas em 1991, cujas definições poderiam gerar disputas territoriais e de fronteira, envolvendo a China e seus vizinhos mais próximos.

Partindo dessa lógica, as autoridades chinesas entenderam que a modernização do exército, em especial da marinha e aeronáutica, era essencial para responder a esses potenciais conflitos territoriais com outros países da Ásia. Nessa mesma linha, Whiting (1995) destacou que existiu uma tensão entre a China e o Leste Asiático envolvendo disputas territoriais, em especial com Filipinas, Malásia, Brunei e Índia,

21. Conforme listou Dias (2004), quatro foram os pilares básicos dessas mudanças propostas no começo dos anos 1990: definir uma legislação específica para o setor financeiro; clarificar os direitos de propriedade; melhorar a infraestrutura e introduzir inovações capazes de suportar uma maior abertura de mercado; e permitir o início de fusões entre instituições nacionais e estrangeiras. Mesmo assim a participação do setor privado no sistema financeiro não aumentou de forma significativa, até os dias atuais. Os dois últimos pilares tiveram maior relevância somente nos anos 2000. Ou seja, embora fossem anunciadas nos anos 1990, a entrada de instituições estrangeiras e a transferência dos direitos de propriedade foram priorizadas apenas recentemente.

22. Enquanto em 1992 o crédito bancário representou 91% do produto interno bruto (PIB), em 2005 esse valor foi de 135%. E, neste último ano, mais 70% do crédito foi fornecido pelos bancos estatais (Leão, 2010).

que motivou a aceleração dos investimentos no ELP em equipamentos marítimos e aéreos. Essa questão, junto à Guerra do Golfo, fez com que a China, já na primeira metade da década de 1990, ampliasse maciçamente o orçamento militar e passasse a investir no estreitamento das relações políticas e comerciais com a Rússia, como forma de atrair tecnologia e modernizar o exército.

Ao lado dos fortes investimentos no setor militar, nas relações externas “houve a busca de redução dos conflitos com os vizinhos, o que determinou (...) a restauração ou estabelecimento de relações diplomáticas com Cingapura (1990), Indonésia (1990), Brunei (1991) e Coreia do Sul (1992)” (Cunha e Acioly, 2009, p. 348-349). Esses movimentos de aproximação, embora fizessem parte da conhecida “ascensão pacífica” da China, compuseram uma estratégia de legitimação internacional do sistema político chinês.

As diretrizes do governo chinês de fortalecer o regime político e de modernizar rapidamente o exército se tornaram ainda mais prioritárias, entre o final dos anos 1990 e a primeira metade dos anos 2000. Primeiro, porque a relação com Taiwan se tornou mais tensa. Em 1999, o presidente taiwanês, Lee Teng-hui (Partido Kuomitang), declarou a estratégia de investir em uma relação entre um “Estado especial” (Taiwan) e a China, deixando evidente seu objetivo de sustentar a soberania nacional de Taiwan, isto é, de manter a posição independente frente à China. O conflito se agravou depois da vitória do Partido Democrático Progressivo (PDP), nas eleições de 2000, cuja linha política sempre foi claramente favorável à independência e à soberania, e das iniciativas chinesas de estreitar as alianças com o Ocidente em vista de fortalecer sua estratégia de reintegrar a ilha ao seu território nacional (Zhang *et al.*, 2003). Em consequência desta conjuntura, o novo governo de Taiwan “iniciou uma corrida armamentista – ampliando os gastos militares e a compra de armamento sofisticado, bem como implantando novos sistemas de defesa” (Zhang *et al.*, 2003, p. 376, tradução nossa).

Segundo, porque houve uma sucessão de eventos liderados pelos Estados Unidos com o objetivo de ampliar seus espaços de atuação – nos campos diplomáticos e militares – na Ásia Central e no Leste Europeu.²³ O primeiro deles foi a entrada dos Estados Unidos por intermédio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), no Kosovo em 1999, fato que reforçou o unilateralismo norte-americano. Após o atentado terrorista de onze de setembro de 2001 em Nova York, os Estados Unidos exerceram pressões sobre a Rússia e conquistaram seu apoio a fim de realizar outras duas ações importantes na região, a saber: o governo russo aceitou a entrada da Otan nos Estados Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia) e o ingresso das forças militares norte-americanas na Geórgia (Norling, 2007).

23. Essas duas regiões assumiram grande importância geoeconômica e geopolítica para a China, em função de várias questões; entre estas, o aumento da demanda chinesa por insumos energéticos e os interesses militares.

Como resposta a esses movimentos, o governo chinês atuou no sentido de limitar as inovações do sistema político no plano regional. Além disso, o gigante asiático buscou estreitar suas relações com o governo russo uma vez que a Rússia adquiria grande relevância para conter a ampliação da interferência dos Estados Unidos naquelas regiões. Aproveitando-se do distanciamento entre norte-americanos e russos na segunda metade da década de 2000, por causa da interferência do primeiro país nos sistemas políticos das ex-repúblicas soviéticas²⁴ e do seu apoio direto aos movimentos que ficaram conhecidos como “Revoluções Coloridas”,²⁵ a China conseguiu um espaço para se reaproximar da Rússia como forma reforçar a importância do PCC e atrair recursos para desenvolver seu exército.²⁶ Por último, o governo organizou uma reforma da indústria de defesa estabelecendo um programa de aceleração dos gastos militares, bem como a criação de grandes corporações para gerir todo esse programa:

A (...) grande reforma se iniciou com uma emergencial alteração na indústria [militar] entre 1998-1999 e foi caracterizada por uma reestruturação fiscal, política, organizacional e das empresas. De modo acelerado, os financiamentos para o setor de defesa foram ampliados. (...) Gastos com equipamentos e armamentos foram os que mais cresceram. A parcela do orçamento passou de 16% no início dos anos 1990 para quase um terço, percentual que se mantém até hoje. Também foi autorizado um acréscimo de financiamento para o setor de P&D. A P&D em defesa quase quadruplicou desde 2000 e, atualmente, atingiu 1,5% do PIB. Mais recursos do setor de defesa têm sido direcionados para o desenvolvimento e gestão de armas, inovação e aplicação de tecnologias básicas em pessoas-chave durante a década passada. (...) A reorganização da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional (COSTIND, em inglês) também foi fundamental. (...) Com a transformação de indústrias de produção de defesa em grandes corporações, houve a separação entre os compradores e os fabricantes dos produtos, deixando para o COSTIND um papel de órgão regulador e administrador do setor. Isso permitiu um sistema de compras baseados em contratos comerciais estimulando o aumento da competição o que, por sua vez, contribuiu para estabelecer um sistema

24. A intervenção política dos Estados Unidos e o estabelecimento de cooperações econômicas e militares com nações como o Iraque, a Índia e o Turcomenistão foram entendidos pelo governo russo – e também pelo chinês – como dois instrumentos de expansão da presença política, militar e econômica dos norte-americanos na Ásia. Em razão disso, ambos os países estabeleceram uma política externa de não intervenção em assuntos de outros países e investiram em uma cooperação militar, que culminou na consolidação da Organização de Cooperação de Xangai (Shanghai Cooperation Organization – SCO) – uma instituição de segurança regional – e na expansão do comércio e dos acordos bilaterais militares.

25. “[O termo] ‘Revoluções Coloridas’ foi a alcunha atribuída aos movimentos de massa ocorridos na região da antiga União Soviética que tiveram como resultado a substituição de governos estabelecidos. A revolução das rosas, na Geórgia, a revolução laranja, na Ucrânia, e a revolução das tulipas, no Quirguistão, são os movimentos frequentemente aí enquadrados. Em comum, as revoluções coloridas (...) foram originadas por eleições tidas como fraudulentas” e buscavam efetivar uma nova democratização dos regimes políticos (Ortega, 2007, p. 2).

26. Além dessas questões, os movimentos separatistas islâmicos presentes na Chechênia e em Xinjiang motivaram o estreitamento das relações entre China e Rússia a fim de constituir uma postura conjunta contrária à intervenção de nações e organismos multilaterais nos assuntos internos chineses e russos, bem como de países situados no Leste Europeu e na Ásia Central.

estruturado com melhores equipamentos para atender as demandas dos militares (Hagt, 2010, p. 485-486, tradução nossa).²⁷

Nesse cenário, a legitimação interna do PCC também assumiu grande significado, tendo em vista a necessidade de sustentar a estabilidade política e social do país. Para os líderes chineses, as pressões para a configuração democrática – como estava ocorrendo nas antigas repúblicas soviéticas – impulsionariam sistemas regionais próprios, contrários à manutenção do controle interno e favoráveis à instabilidade social. Isso, por sua vez, eliminaria a validade do regime, que estava baseado na ideologia partidária, e poderia novamente ocasionar uma crise ou uma ampliação das tensões sociais, a exemplo do que ocorreu em 1989.

Somado à manutenção do regime político, o controle de certos instrumentos sociais também foi visto como fundamental para evitar o aumento de conflitos entre os diversos setores da sociedade. No caso dos meios de comunicação, até os dias atuais o Estado chinês manteve as restrições, por exemplo, às redes de televisão estrangeiras e/ou privadas. Para o governo chinês, tem existido uma crescente tentativa da mídia internacional de influenciar a população chinesa, o que poderia trazer grandes distúrbios à sua harmonia e estabilidade social e política. Partindo dessa concepção, o líder máximo do país, Hu Jintao tem discursado no sentido de que o Ocidente tem buscado influenciar a sociedade chinesa principalmente pelas ferramentas disponíveis pelas novas mídias. Para ele, tem ocorrido uma tentativa “de dividir a China; os campos ideológicos e culturais são as áreas focais de sua infiltração no longo prazo” (Maisonave, 2012). Obviamente, esse discurso fez parte de uma estratégia política chinesa de reforçar sua preocupação com o seu processo de abertura ao exterior – que ampliou, obviamente, o acesso dos países ocidentais à sociedade da China –, bem como de mostrar que este tema tem sido uma prioridade para o governo do país asiático. Exemplos disso foram a manutenção da centralização das decisões políticas no PCC e o controle estatal de outras esferas da sociedade.

Todas essas considerações corroboraram a afirmação de Medeiros (2008) que, depois de 1991, consagrou-se na China a estratégia conhecida como “um centro e dois pontos fundamentais”. O centro era o rápido desenvolvimento econômico

27. *The (...) major reform began with the shakeup of the [military] industry in 1998-99 and is characterized by fiscal, policy, organizational, and enterprise restructuring. Critically, defense funding was dramatically raised. (...) Spending on equipment and weapons procurement has increased the most. This portion of the budget was readjusted from a low of 16 percent early in the 1990s to roughly one-third, where it stands today. More funding has also been made available to basic R&D. Defense R&D (...) nearly quadrupled since 2000 and currently amount to 1.5 percent of GDP. Greater funding within the defense sector has also been directed toward weapon development management, innovation, and application of basic technologies and the talent needed to implement it. Improved finances are also manifest in the salary increases of key personnel in the defense sector during the past decade. (...) The reorganizing of the Commission on Science, Technology, and Industry for National Defense (COSTIND) was key as well. (...) With the creation of the defense production industries into major group corporations, these reforms separated the buyers from the builders, with COSTIND a regulatory and administrative role. This allowed for a more contract-based procurement system that in-stilled a degree of competition, helping forge a system better equipped to fulfill the demands of the military* (Hagt, 2010, p. 485-486).

e a modernização do ELP, enquanto os dois pontos fundamentais eram a maior abertura da economia e a manutenção do sistema decisório internalizado no PCC, que se baseava no maoísmo. Nesse sentido, tornou-se possível observar dois movimentos opostos, mas que ocorreram em uma mesma direção: em primeiro lugar, a manutenção da linha política – com o apoio militar – que caracterizava a China desde os tempos de Mao Tse-Tung e, em segundo lugar, a transição de uma economia fechada e centralizada para uma economia ainda extremamente controlada, porém com maior participação do mercado. Ambos os movimentos convergiram para a modernização do país, sem perder a capacidade do Estado de controlar as mudanças econômicas e políticas.

Desse modo, constatou-se que as reformas econômicas e políticas foram articuladas no interior das instituições ligadas ao Estado nacional. As restrições e controles impostos às empresas estrangeiras, a liderança das estatais na reestruturação da estrutura produtiva, a expansão e sofisticação do ELP, bem como a coordenação das mudanças realizadas pelo PCC – nos objetivos e metas definidos nos planos quinquenais, por exemplo – foram alguns dos elementos que comprovaram o fortalecimento do Estado nacional enquanto principal agente do projeto de transição da China.

4 REFLEXÕES FINAIS

Desde o final dos anos 1970, a opção de transição do governo chinês seguiu uma via “gradualista”, cujas reformas buscaram no longo prazo modernizar a economia e o setor militar, sem perda da centralidade do sistema político no interior do PCC. Os obstáculos e crises ocorridas ao longo deste período não modificaram os objetivos estruturais colocados pelo PCC no seu processo de transição. Todavia, no final dos anos 1980, a fragilização da economia e o aumento da insatisfação de alguns setores da sociedade explodiram os protestos da praça Tiananmem e, conseqüentemente, instalaram uma “crise” no interior do PCC.

Essa “crise” foi contornada reforçando o poder político do PCC e procurando criar novos alicerces – sempre com o Estado nacional à frente – para avançar nas reformas da economia. Nos anos 1990, o novo desenho geopolítico e geoeconômico e a maior abertura ao capital privado e/ou estrangeiro não significou um “afrouxamento” da ordem política ou uma menor intervenção estatal na economia. Ao contrário disso, não houve uma mudança significativa do sistema político chinês e o Estado fortaleceu sua atuação mediante, por exemplo, o fortalecimento de grandes empresas estatais em vários setores econômicos.

Em função de todas as transformações econômicas, sociais e políticas observadas desde o último quartel do século XX, a China alcançou o *status* de potência e emergiu como contraponto aos Estados Unidos no sistema internacional.

Essa nova posição chinesa veio acompanhada de fortes questionamentos e pressões de atores governamentais, instituições multilaterais, bem como da mídia internacional em torno de dois temas: primeiro, a implementação de um regime democrático no país e, segundo, uma maior liberalização da economia.

As visões e interpretações sobre esses dois temas têm sido as mais variadas segundo as motivações institucionais e matrizes teóricas de tais analistas. No entanto, os fatos continuam apontando que não há perspectivas, pelo menos atualmente, de mudanças mais radicais tanto na esfera política, como na econômica. Não existe uma intenção clara e explícita do governo chinês de alterar radicalmente o regime político e a participação estatal na economia, muito menos de abrir mão da soberania nacional e dos pensamentos que estão na origem do PCC.

No 18º Congresso do PCC, realizado no dia 8 de novembro, o discurso de Hu Jintao – que encerrou sua gestão à frente do país – indicou o interesse do PCC em continuar executando reformas, porém com as mesmas estruturas políticas e econômicas. Como apontou Minxin Pei (2012),

em vez de concessões ideológicas, ainda que só simbólicas, Hu declarou enfaticamente que o PCC manterá seus princípios ideológicos e incluirá entre eles “o pensamento de Mao Tse-Tung”. O termo, que provoca medo e repulsa entre os progressistas chineses, não é a única coisa que ajuda a debelar quaisquer ilusões que as pessoas possam ter sobre a intenção reformista dos líderes. Depois de alertar sobre o risco que a corrupção endêmica representa para a sobrevivência do partido, Hu declarou que o PC jamais tomará a “estrada maligna” de mudar a cor de sua bandeira.

Ainda sobre essa discussão, uma reportagem da revista *Carta Capital* destacou a importância atribuída por Hu Jintao, no mesmo discurso, à segurança nacional da China:

Hu disse que a China deve construir “uma defesa nacional e poderosas forças armadas que correspondam ao grau internacional da China”. Também disse que Pequim deve avançar na preparação militar em geral e na área tecnológica das forças armadas em particular. De acordo com ele, a tarefa mais importante da China é ser capaz de “ganhar uma guerra local na era da informação” (Presidente..., 2012).

A despeito dos interesses contrários ao atual padrão de desenvolvimento chinês e ressaltando os problemas efetivamente existentes no país (corrupção, desrespeito aos direitos humanos, entre outros), o PCC não parece acreditar que fórmulas externas são capazes de responder aos desafios colocados para o país. Estes desafios, na perspectiva do partido, somente podem ser encarados com a garantia da soberania nacional e a partir de uma compreensão interna dos problemas sociais, econômicos e políticos que não abrangem uma visão liberal econômica e de completa abertura política.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. The rise of East Asia in world historical perspective. *In*: PLANNING WORKSHOP, 1996, Binghamton. **Anais...** Binghamton: Fernand Braudel Center; State University of New York, Dec. 1996.
- BURLAMAQUI, L. **Global finance and Chinese financial development: the emergence of a State led financial model of globally oriented financial governance.** Brasília: Ipea, 2012. Mimeografado.
- CHEN, F. Order and stability in social transition: neoconservative political thought in post-1989 China. **The China quarterly**, London, n. 151, p. 593-613, Sept. 1997.
- CLARO, S. 25 años de reformas económicas en China: 1978-2003. **Estudios públicos**, Santiago, n. 91, 2003.
- CUNHA, A.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. C.; MATIJASCIC, M.; ACIOLY, L. (Orgs.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas.** Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_TrajetoriasRecentes.pdf>.
- COSTA, A. D.; SANTOS-SOUZA, E. R. Internacionalização de empresas brasileiras: restrições de financiamento e papel do BNDES. **Revista economia & tecnologia**, ano 6, v. 23, p. 167-174, out./dez. 2010.
- DENG, X. **Selected works.** Beijing: People's Press, 1993. (v. 2, 1975-1982).
- DIAS, M. M. P. G. **A China no século XXI: a evolução do sistema bancário e o futuro das reformas econômicas.** 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2004.
- ELLMAN, M.; KONTOROVICH, V. (Eds.). **The disintegration of the Soviet economic system.** London: Routledge, 1992.
- FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história.** Porto Alegre: LP&M, 2006.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. *In*: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAGT, E. Emerging grand strategy for China's defense industry reform. *In*: KAMPHAUSEN, R.; LAI, D. SCOBELL, A. (Eds.). **The PLA at home and abroad: assessing the operational capabilities of China's Military.** Carlisle: U.S. Army War College, 2010.

LARDY, N. R. **Trade liberalization and its role in Chinese economic growth.** *In*: CONFERENCE A TALE OF TWO GIANTS: INDIA'S AND CHINA'S EXPERIENCE WITH REFORM AND GROWTH. New Delhi: IMF/NCAER, Nov. 2003.

LEÃO, R. P. F. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas:** uma interpretação. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2010.24 **revista tempo do mundo | rtm | v. 4 | n. 3 | dez. 2012.**

_____. A articulação produtiva asiática e os efeitos da emergência chinesa. *In*: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global:** impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011. p. 115-164.

LIN, J. Y. Rural reforms and agricultural growth in China. **The American economic review**, v. 82, n. 1, p. 34-51, Mar. 1992.

MAISONNAVE, F. China restringe produções estrangeiras na TV. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2012.

MEDEIROS, C. A. China: entre os séculos XX e XXI. *In*: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (Orgs.). **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

NABUCO, P. Do grande salto à desmaoização: 20 anos de história chinesa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, jun. 2009.

MINXIN, P. Análise: discurso de Hu Jintao extinguiu ilusões sobre a intenção reformista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2012.

NOLAN, P.; ASH, R. China's economy on the eve of reform. **The China quarterly**, London, n. 144, p. 980-998, Dec. 1995.

NORLING, N. China and Russia: partners with tensions. **Policy perspectives**, v. 4, n. 1, p. 33-48, 2007.

NOZAKI, W. V.; LEÃO, R. P. F.; MARTINS, A. R. A. A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas. *In*: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global:** impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011. p. 195-234.

ODOM, W. E. Soviet politics and after: old and new concepts. **World politics**, Baltimore, v. 45, n. 1, p. 66-98, Oct. 1992.

ORTEGA, F. A. **As revoluções coloridas: a antiga União Soviética a caminho da democracia?** *In*: SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS, 1., São Paulo, 12-14 nov. 2007.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. *In*: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011. p. 19-78.

PRESIDENTE da China alerta sobre a corrupção e pede mais democracia. **Carta capital**, São Paulo, 8 nov. 2012.

ROBINSON, T. W. Chinese military modernization in the 1980's. **The China quarterly**, London, n. 90, p. 231-252, jun. 1982.

ROLAND, G. **The political economy of transition**. Ann Arbor: WDI, Dec. 2001. (Working Paper, n. 413).

SAICH, T. Reform of China's science and technology organizational system. *In*: SIMON, D.; GOLDMAN, M. (Eds.). **Science and technology in post-mao China**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

SANTAYANA, M. **No centro do mundo**. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL CHINA, 3., 2008. Brasília: FAG, 2008.25

SHAMBAUGH, D. Growing strong: China's challenge to Asian security. **Survival**, v. 36, n. 2, p. 43-59, Summer 1994.

WALDER, A. G. China's transitional economy: interpreting its significance. **The China quarterly**, London, n. 144, p. 963-979, Dec. 1995.

WHITING, A. S. Chinese nationalism and foreign policy after Deng. **The China quarterly**, London, n. 142, p. 295-316, June 1995.

ZHANG, C. *et al.* **Promoting enterprise-led innovation in China**. Washington: World Bank, 2009.

ZHANG, Z. *et al.* The dynamics of political and economic interactions between Mainland China and Taiwan. **Papers regional science**, n. 82, p. 373-388, Feb. 2003.

ZONENSCHAIN, C. N. **O caso chinês na perspectiva do "catch-up" e das instituições substitutas**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Luana Signorelli Faria da Costa (estagiária)

Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Fábio Oki

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11/13,2 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em pólen soft 80g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

INSTRUÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. A *Revista Tempo do Mundo* tem como propósito apresentar e promover debates sobre temas contemporâneos. Seu campo de atuação é o da economia e política internacionais, com abordagens plurais sobre as dimensões essenciais do desenvolvimento, como questões econômicas, sociais e relativas à sustentabilidade.
2. Serão considerados para publicação artigos originais redigidos em português, inglês, francês e espanhol.
3. As contribuições não serão remuneradas, e a submissão de um artigo à revista implicará a transferência dos direitos autorais ao Ipea, caso ele venha a ser publicado.
4. O trabalho submetido será encaminhado a, pelo menos, dois avaliadores. Nesta etapa, a revista utiliza o sistema *blind review*, em que os autores não são identificados em nenhuma fase da avaliação. A avaliação é registrada em pareceres, que serão enviados aos autores, mantido o sigilo dos nomes dos avaliadores.
5. Os artigos, sempre inéditos, deverão ter no máximo trinta páginas, incluindo ilustrações (tabelas, quadros, gráficos etc.), espaços, notas de rodapé e referências.
6. O arquivo deve ser editado em Microsoft Word ou editor de texto compatível; e a formatação deve seguir os padrões da revista: *i)* fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 e parágrafo justificado; e *ii)* margens: superior = 3 cm, inferior = 2 cm, esquerda = 3 cm e direita = 2 cm. As ilustrações devem ser numeradas e conter legendas, fonte e indicação de autoria.
7. As chamadas das citações deverão ser feitas no sistema autor-data, de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT.
8. Para a apresentação das referências, observar a norma NBR 6023 da ABNT. As referências completas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética.
9. Apresentar em página separada: *i)* título do trabalho em português e em inglês – em maiúsculas e negrito; *ii)* até cinco palavras-chave; *iii)* um resumo de cerca de 150 palavras, em português e em inglês; *iv)* classificação JEL; e *v)* informações sobre o(s) autor(es): nome completo, titulação acadêmica, filiação profissional e/ou acadêmica atual, área(s) de interesse em pesquisa, instituição(ões) de vinculação, endereço, *e-mail* e telefone. Se o trabalho possuir mais de um autor, ordenar de acordo com a contribuição de cada um ao trabalho.
10. Deverão ser enviados dois arquivos: *i)* documento de submissão: arquivo com o texto e as ilustrações – versão completa, sem identificação de autoria – em formato PDF; e *ii)* documento suplementar: arquivo com o texto e as ilustrações em formato Microsoft Word ou editor de texto compatível. Obs.: caso o artigo possua ilustrações, estas também deverão ser entregues em separado, em arquivos específicos nos formatos originais.
11. Cada (co)autor receberá cinco exemplares da revista em que seu artigo for publicado.
12. As submissões deverão ser feitas on-line pelo *e-mail* tempodomundo@ipea.gov.br.

Itens de verificação para submissão

1. O texto deve ser inédito.
2. O texto deve estar de acordo com as normas da revista.

Declaração de direito autoral

A submissão de artigo autoriza sua publicação e implica compromisso de que o mesmo material não será submetido a outro periódico simultaneamente.

O original é considerado definitivo, sendo que os artigos selecionados passam por revisão ortográfica e gramatical conforme o Manual do Editorial do Ipea (2ª edição). A revista não paga direitos autorais aos autores dos artigos publicados. O detentor dos direitos autorais da revista, inclusive os de tradução, é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com sede em Brasília. A tradução deve ser aprovada pelo editor antes da publicação.

Política de privacidade

Os nomes e os *e-mails* fornecidos serão usados exclusivamente para os propósitos editoriais da *Revista Tempo do Mundo*, não sendo divulgados nem disponibilizados para nenhuma outra entidade.

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



ISSN 2176-7025



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

